

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	33
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	35
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	36
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	265
Preferenciais	461
Total	726
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	43.713	43.975
1.01	Ativo Circulante	14.474	13.949
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	576	672
1.01.02	Aplicações Financeiras	51	50
1.01.03	Contas a Receber	5.115	4.289
1.01.03.01	Clientes	3.907	2.932
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.208	1.357
1.01.04	Estoques	6.829	7.035
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.903	1.903
1.01.08.03	Outros	1.903	1.903
1.02	Ativo Não Circulante	29.239	30.026
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.484	20.484
1.02.01.03	Contas a Receber	20.484	20.484
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.484	20.484
1.02.03	Imobilizado	8.755	9.542
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.755	9.542

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	43.713	43.975
2.01	Passivo Circulante	46.470	43.431
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.754	15.987
2.01.01.01	Obrigações Sociais	9.697	8.543
2.01.01.01.01	Benefícios a Funcionários a Pagar	15	10
2.01.01.01.02	Honorários dos Administradores a Pagar	1.107	903
2.01.01.01.03	Pensões Judiciais a Pagar	25	15
2.01.01.01.04	Recisões Contratuais de Funcionários a Pagar	7.484	6.997
2.01.01.01.05	Salários de Funcionários a Pagar	1.066	618
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.057	7.444
2.01.01.02.01	INSS a Recolher	4.670	4.370
2.01.01.02.02	Contribuições Sindicais a Recolher	80	72
2.01.01.02.03	Depositos do FGTS a Recolher	3.307	3.002
2.01.02	Fornecedores	11.932	10.740
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.598	10.406
2.01.02.01.01	Fornecedores	3.397	3.449
2.01.02.01.02	Outros Compromissos	8.201	6.957
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	334	334
2.01.02.02.01	Fornecedores	334	334
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.780	5.723
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.883	3.689
2.01.03.01.02	Cofins a Recolher	159	234
2.01.03.01.03	IPi a Recolher	99	103
2.01.03.01.04	IRRF a Recolher	3.404	3.182
2.01.03.01.05	PIS a Recolher	100	74
2.01.03.01.06	CSLL-Cofins-PIS	61	51
2.01.03.01.07	Seguridade Social Retida a Recolher	60	45
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.889	2.029
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	1.889	2.029
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8	5
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	8	5
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	7.748	7.793
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	7.748	7.793
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	7.478	7.523
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	270	270
2.01.05	Outras Obrigações	130	130
2.01.05.02	Outros	130	130
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	130	130
2.01.06	Provisões	3.126	3.058
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.126	3.058
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.126	3.058
2.02	Passivo Não Circulante	56.694	55.244
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.387	3.387
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.387	3.387
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.387	3.387

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.02	Outras Obrigações	53.307	51.857
2.02.02.02	Outros	53.307	51.857
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	30.396	29.413
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais Estaduais	18.593	17.751
2.02.02.02.05	Fornecedores Nacionais	3.043	3.418
2.02.02.02.06	Outras Responsabilidades a Vencer	1.275	1.275
2.03	Patrimônio Líquido	-59.451	-54.700
2.03.01	Capital Social Realizado	23.749	23.749
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-83.200	-78.449

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.532	11.038
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	5.935	13.973
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-1.403	-2.935
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.155	-15.655
3.03	Resultado Bruto	-2.623	-4.617
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.907	-3.218
3.04.01	Despesas com Vendas	-494	-754
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.238	-2.471
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	825	7
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.530	-7.835
3.06	Resultado Financeiro	-221	-1.293
3.06.01	Receitas Financeiras	80	210
3.06.02	Despesas Financeiras	-301	-1.503
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.751	-9.128
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-4.751	-9.128
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-4.751	-9.128

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-4.751	-9.128
4.03	Resultado Abrangente do Período	-4.751	-9.128

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.789	-364
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.789	-364
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	990	-139
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.704	561
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-95	58
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	722	52
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	627	110

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	23.749	0	0	-78.449	0	-54.700
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	23.749	0	0	-78.449	0	-54.700
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.751	0	-4.751
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.751	0	-4.751
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	23.749	0	0	-83.200	0	-59.451

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	23.749	0	0	-55.055	1.081	-30.225
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	23.749	0	0	-55.055	1.081	-30.225
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.128	0	-9.128
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.128	0	-9.128
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	23.749	0	0	-64.183	1.081	-39.353

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	6.708	14.066
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.883	14.066
7.01.02	Outras Receitas	825	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.330	-11.579
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.330	-11.579
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.378	2.487
7.04	Retenções	-622	-646
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-622	-646
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.756	1.841
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	80	54
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.836	1.895
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.836	1.895
7.08.01	Pessoal	3.661	6.921
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.611	4.323
7.08.01.02	Benefícios	340	886
7.08.01.03	F.G.T.S.	491	986
7.08.01.04	Outros	219	726
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.918	2.210
7.08.02.01	Federais	1.084	1.315
7.08.02.02	Estaduais	741	777
7.08.02.03	Municipais	93	118
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.008	1.892
7.08.03.01	Juros	301	1.503
7.08.03.02	Aluguéis	707	389
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-4.751	-9.128
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-4.751	-9.128

Comentário do Desempenho

FIBAM

REFERÊNCIA EM FIXADORES

Release de Resultado

1T18

Última Cotação em

31/03/2018

FBMC4 - R\$ 2,75 por ação

Total de Ações: 726.514

FBMC3: 265.160

FBMC4: 461.354

Valor de Mercado

(31/03/2018):

R\$ 21.473,9 mil

US\$ 6.507,4 mil

São Bernardo do Campo, 14 de maio de 2018 – A Fibam Cia Industrial – Em Recuperação Judicial (B3: FBMC3 e FBMC4), empresa líder na produção de fixadores especiais, anuncia os seus resultados financeiros relativos ao 1º trimestre de 2018 (1T18). As informações financeiras e operacionais, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e em milhares de Reais.

PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 14 de outubro de 2014, mediante aprovação de seus administradores, a Companhia ajuizou Pedido de Recuperação Judicial, na Comarca de São Bernardo do Campo, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05. Não obstante os esforços da administração na busca de renovações de suas linhas de crédito, o pedido de recuperação judicial configurou-se como a alternativa mais adequada para o atual momento. A medida visa preservar o valor da Companhia, sua função social e o estímulo à atividade econômica, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas e contingenciando de maneira responsável os recursos existentes em caixa mantendo a segurança operacional e compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

	1T18	4T17	Variação 1T18/4T17	1T17	Variação 1T18/1T17
Receita Operacional Líquida	4.532	6.203	(26,9%)	11.038	(58,9%)
Lucro Bruto	(2.623)	(2.699)	2,8%	(4.617)	43,2%
<i>Margem Bruta (%)</i>	(57,9%)	(43,5%)	(14,4) p.p.	(41,8%)	(16,1) p.p.
Resultado Operacional (EBIT)*	(4.586)	(5.194)	11,7%	(7.821)	41,4%
<i>Margem Operacional (%)</i>	(101,2%)	(83,7%)	(17,5) p.p.	(70,9%)	(30,3) p.p.
(Prejuízo) Lucro Líquido	(4.751)	(6.522)	27,2%	(9.128)	48,0%
<i>Margem Líquida (%)</i>	(104,8%)	(105,1%)	0,3 p.p.	(82,7%)	(22,1) p.p.
EBITDA**	(3.964)	(4.571)	13,3%	(7.175)	44,8%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	(87,5%)	(73,7%)	(13,8) p.p.	(65,0%)	(22,5) p.p.
Patrimônio Líquido	(59.451)	(54.700)	(8,7%)	(39.353)	(51,1%)
Dívida Líquida	10.508	10.458	0,5%	24.313	(56,8%)

* ** Lucro antes dos juros e impostos.

** Lucro antes dos impostos, juros, outras despesas e receitas operacionais, depreciação e amortização.

Contatos:
José Reinaldo Mindel

Telefone
(55 11) 2139-5323

Email
ri@fibam.com.br

PERFIL CORPORATIVO

Com mais de sessenta anos de atuação, a **Fibam** é líder na produção de fixadores especiais para a indústria automobilística no Brasil, mantendo o compromisso de garantir segurança, qualidade, eficiência e a satisfação de seus clientes.

O portfólio da Companhia é direcionado para aplicações críticas que exigem alto grau de segurança como: motores, suspensões, freios, cintos de segurança, rodas e sistemas de direção. Além do setor automobilístico, a **Fibam** também atua no fornecimento de fixadores para eletrodomésticos, construção civil, equipamentos agrícolas, entre outros.

O relacionamento com clientes é pautado pela qualidade dos produtos, confiabilidade no prazo de entrega e foco no aprimoramento constante, o que resulta em alternativas de redução de custos para o cliente. Esses diferenciais são atestados por múltiplas premiações e certificações concedidas pelos próprios clientes e que renderam à Companhia a liderança no segmento de fixadores metálicos na América Latina. Entre outros certificados de qualidade, a **Fibam** é certificada segundo a ISO TS 16949, o que a credencia a fornecer para toda a cadeia automotiva mundial.

PRODUTOS E APLICAÇÕES

A Fibam produz fixadores utilizados para: freios e suspensões, sistemas de direção, motos, motores, compressores, rodas, tratores, câmbios e cintos de segurança. Produtos que agregam tecnologia, pesquisa e desenvolvimento.



Comentário do Desempenho**FIBAM**
REFERÊNCIA EM INICIADORESRelease de
Resultado **1T18****CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL**

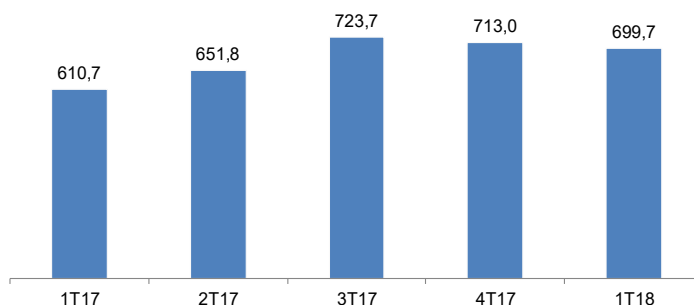
O desempenho da economia brasileira no início de 2018 apresentou dados menos otimistas do que as expectativas apontavam ao final do ano passado. Indicadores preliminares relativos ao primeiro trimestre do ano decepcionaram o mercado e vêm motivando a revisão das estimativas de crescimento da economia. A produção industrial, medida pelo IBGE, surpreendeu negativamente em março ao registrar queda de 0,1% frente a fevereiro. No entanto, considerando o primeiro trimestre do ano, a indústria teve crescimento de 3,1% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Ainda nesse sentido, o contingente de 13,7 milhões de desempregados, de acordo com dados divulgados pelo IBGE referentes a março, continua sendo um entrave para a retomada do consumo pelas famílias. Não obstante os números divulgados do período, a inflação permanece em baixo patamar e sugere a manutenção dos níveis atuais de juros, contribuindo para a retomada da atividade econômica, ainda que de forma mais lenta.

Ao mesmo tempo, a indústria automobilística, um dos setores que mais se recuperou após a recessão de anos anteriores e possui uma longa cadeia produtiva, apresentou crescimento de 14,6% na quantidade de veículos produzidos na comparação entre o primeiro trimestre de 2018 e o mesmo trimestre de 2017, ao atingir a marca de 699,7 mil unidades. A performance verificada entre trimestres é resultado do aumento das exportações e a ascendente encomenda por parte de frotistas beneficiados por um ambiente econômico mais favorável.

Nesse sentido, o setor registrou a retomada do emprego entre as principais montadoras, com aumento de 4,1% nas contratações. O número de empregados totalizou 131,7 mil ao final de abril, de acordo com dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). O setor ainda deve ser impulsionado com aprovação do novo regime automotivo brasileiro, o Rota 2030. Isto posto, as expectativas da entidade são de que a produção da indústria em 2018 totalize 3,0 milhões de veículos, o que representa crescimento de 13,2% na comparação com o ano anterior.

Na Fibam, o instrumento jurídico da recuperação judicial não alterou as atividades da Companhia que tem honrado os compromissos com empregados, fornecedores e clientes. A produção segue com a programação normal de acordo com a demanda, com a eficiência e qualidade com a qual sempre foi reconhecida. Continuamos direcionando esforços para a busca do aumento da eficiência operacional, revisando processos e reformulando as estruturas administrativas e produtivas com o objetivo de se adequar à situação econômico-financeira da Companhia.

**Produção total de veículos
(mil unidades)**



Fonte: Anfavea

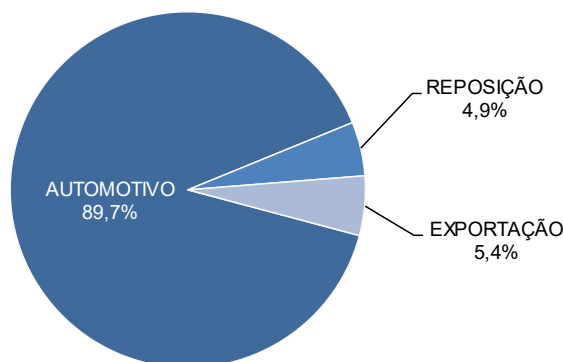
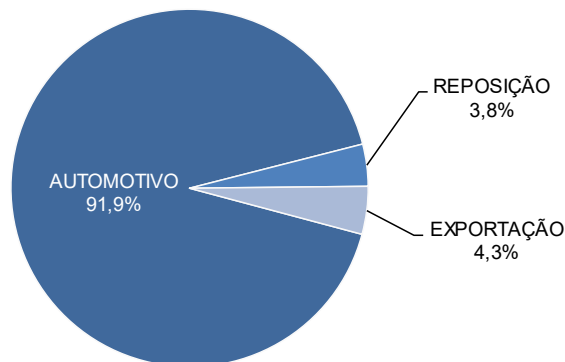
Comentário do Desempenho**FIBAM**
REFERÊNCIA EM FORNADORESRelease de
Resultado **1T18****DESEMPENHO OPERACIONAL**

Em 14 de outubro de 2014, a Companhia ajuizou Pedido de Recuperação Judicial, na Comarca de São Bernardo do Campo, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. Não obstante os esforços da administração na busca de renovações de suas linhas de créditos, o pedido de recuperação judicial configurou-se como a alternativa mais adequada para o atual momento. A medida visa preservar o valor da Companhia, sua função social e o estímulo à atividade econômica, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas e contingenciando de maneira responsável os recursos existentes em caixa mantendo a segurança operacional e o compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

O ajuizamento do Pedido de Recuperação Judicial se deu exclusivamente em caráter preventivo e foi a alternativa encontrada pela Fibam face à escassez na oferta de crédito no mercado de capitais e a negativa de instituições para o rolamento de dívidas. A Companhia não possuía débitos ou sequer protestos de fornecedores ou atraso com empregados, à época da recuperação judicial. Aliado a um mercado altamente cadente, como demonstrado pelos números de produção de veículos e insistentemente comentado pela Companhia ao longo das últimas divulgações, sem contar com acesso a crédito a Companhia se viu obrigada a buscar uma alternativa que lhe proporcionasse o fôlego financeiro necessário para a continuidade do atendimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

Em 15 de dezembro de 2015 os credores da Companhia aprovaram na Assembleia Geral de Credores o Plano de Recuperação Judicial, que tem como principais pontos: i) deságio de 40% sobre o total da dívida quirográfica; ii) carência de 20 meses; iii) 8 anos de pagamento após o vencimento da carência; iv) correção monetária de Taxa Referencial + 0,5% ao ano e v) pagamento em parcelas anuais fixas e pagamento periódico trimestral (PMT).

A Fibam mantém em atividade sua programação de produção normalmente, comprometida com a segurança de continuidade de fornecimento aos seus clientes. Seus produtos continuam com a qualidade demandada e certificada pelas principais montadoras presentes no País, seguindo os mais rigorosos padrões. É importante não deixar de reforçar que o instrumento jurídico da recuperação judicial não afetou e não tem afetado a rotina comercial ou produtiva, com a Companhia mantendo suas atividades da mesma forma que antes do pedido de recuperação judicial.

1T18**4T17**

Comentário do Desempenho

FIBAM
REFERÊNCIA EM INICIADORESRelease de
Resultado 1T18

No primeiro trimestre de 2018, o segmento automotivo representou 89,7% do total da receita líquida de vendas da Fibam, percentual 2,2 p.p. inferior ao registrado no trimestre anterior. Nesse sentido, considerando o mesmo período de comparação, os segmentos de reposição e exportação apresentaram avanço na participação na composição das receitas da Companhia. Ambos os segmentos registraram 1,1 p.p. de aumento ao atingir 4,9% e 5,4% de representatividade, respectivamente.

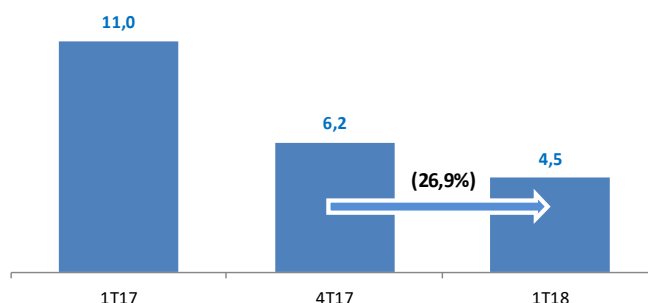
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A **receita operacional líquida** da Fibam totalizou R\$ 4,5 milhões no primeiro trimestre de 2018, montante 26,9% inferior aos R\$ 6,2 milhões apresentados no trimestre imediatamente anterior. Em relação à receita de R\$ 11,0 milhões reportada no mesmo período de 2017, houve retração de 58,9%.

A despeito da recuperação verificada na indústria automotiva ao longo de 2017 e início de 2018, a condição de recuperação judicial da Fibam tem limitado seu acesso a crédito e a capital junto aos seus fornecedores e instituições financeiras. Em um momento de transição da situação econômico-financeira da Companhia, a restrição de crédito tem impossibilitado a Fibam de ampliar sua capacidade produtiva e, consequentemente, diluir os custos de produção.

Receita Operacional Líquida
(Em R\$ milhões)



Receita Operacional Líquida por Segmento

Volume de Vendas (em R\$ mil)	1T18	4T17	Var. % 1T18/4T17	1T17	Var. % 1T18/1T17
Receita operacional líquida	4.532	6.203	(26,9%)	11.038	(58,9%)
AUTOMOTIVO	4.065	5.698	(28,7%)	10.429	(61,0%)
REPOSIÇÃO	221	236	(6,4%)	141	56,7%
EXPORTAÇÃO	246	269	(8,6%)	468	(47,4%)

RESULTADO BRUTO E MARGEM BRUTA

No primeiro trimestre de 2018, o **custo dos produtos vendidos** (CPV) totalizou R\$ 7,1 milhões, redução de 19,6% e 54,3% em termos absolutos frente os R\$ 8,9 milhões apresentados no 4T17 e aos R\$ 15,6 milhões do 1T17. Uma vez que o custo dos produtos vendidos superou a receita líquida da Companhia no trimestre, o **resultado bruto** foi negativo em R\$ 2,6 milhões, leve recuperação de 2,8% na comparação

Comentário do Desempenho

REFERÊNCIA EM INDIADORES

Release de
Resultado **1T18**

com o montante de R\$ 8,9 milhões reportados no 4T17 e 43,2% superior aos R\$ 4,6 milhões negativos em relação ao mesmo período do ano anterior.

Com o desempenho registrado no trimestre, a **margem bruta** da Fibam foi negativa 57,9%, o que representa recuo de 14,4 p.p. ante à margem auferida no quarto trimestre de 2017. Considerando o mesmo período do ano anterior, quando a margem foi negativa em 41,8%, a retração foi de 16,1 p.p.

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

As **despesas operacionais** somaram R\$ 1,9 milhão no primeiro trimestre de 2018, desempenho 40,0% inferior às despesas de R\$ 3,1 milhões registradas no quarto trimestre de 2017. Em relação ao mesmo período do ano anterior, quando reportou despesas de R\$ 3,2 milhões, houve redução de 40,7%. A redução das despesas no trimestre corresponde, principalmente, à entrada de recursos na linha Outras Receitas e Despesas Operacionais provenientes da venda de ativos imobilizados no trimestre.

As despesas com vendas atingiram R\$ 0,4 milhão, recuo de 14,8% e 34,5% frente os montantes apresentados no trimestre anterior e mesmo período de 2017, respectivamente. As despesas administrativas totalizaram R\$ 1,1 milhão no trimestre, retração de 27,9% e 45,2% na comparação com o 4T17 e 1T17, nessa ordem, resultado da reestruturação das áreas administrativas da Companhia. Já as despesas tributárias alcançaram R\$ 0,8 milhão no 1T18, avanço de 11,1% frente o registrado no trimestre anterior e valor seis vezes superior ao 1T17.

Em R\$ mil	1T18	4T17	Variação 1T18/4T17	1T17	Variação 1T18/1T17
(Despesas)/Receitas Operacionais	(1.907)	(3.177)	(40,0%)	(3.218)	(40,7%)
<i>(%) sobre a Receita Líquida</i>	(42,1%)	(51,2%)	9,1 p.p.	(29,2%)	(12,9) p.p.

*Considerando despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas.

RESULTADO OPERACIONAL - EBIT

A Companhia gerou **Ebit** negativo de R\$ 4,5 milhões no primeiro trimestre de 2018, resultado 11,7% melhor do que os R\$ 5,2 milhões negativos registrados no trimestre anterior. Na comparação com os R\$ 7,8 milhões negativos do 1T17 houve melhora da ordem de 41,4%.

EBITDA

No primeiro trimestre de 2018, a Fibam registrou **Ebitda** negativo de R\$ 3,9 milhões, o que representa melhora de 13,3% ante os R\$ 4,5 milhões negativos do trimestre anterior. Quando comparado com o mesmo trimestre de 2017, período no qual o indicador totalizou R\$ 7,1 milhões negativos, o desempenho foi 44,8% melhor.

Isto posto, a margem Ebitda no primeiro trimestre foi negativa em 87,5%, piora de 13,8 p.p. frente a margem negativa de 73,7% alcançada no trimestre imediatamente anterior e 22,5 p.p. inferior a margem negativa de 65,0% reportada no mesmo período de 2017.

Comentário do DesempenhoRelease de Resultado **1T18**

Em R\$ mil	1T18	4T17	Var. % 1T18/4T17	1T17	Var. % 1T18/1T17
(Prejuízo) Lucro do Período	(4.751)	(6.522)	27,2%	(9.128)	48,0%
Resultado financeiro líquido	221	646	(65,8%)	1.293	(82,9%)
IR/CSLL	-	-	-	-	-
Depreciações/amortizações	622	623	(0,2%)	646	(3,7%)
Outras despesas/receitas operacionais	(825)	(4)	-	(7)	-
Juros/Encargos sobre REFIS/PAEX	769	686	12,1%	21	NA
EBITDA	(3.964)	(4.571)	13,3%	(7.175)	44,8%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>(87,5%)</i>	<i>(73,7%)</i>	<i>(13,8) p.p.</i>	<i>(65,0%)</i>	<i>(22,5) p.p.</i>

RESULTADO FINANCEIRO

A Fibam alcançou **resultado financeiro** líquido negativo de R\$ 0,2 milhão no primeiro trimestre de 2018, redução de 65,8% em relação aos R\$ 0,6 milhão negativo do 4T17 e 82,9% inferior aos R\$ 1,3 milhão do 1T17. O desempenho provém da redução das despesas financeiras em função da queda da taxa de juros no mercado.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

No trimestre, a Fibam reportou **prejuízo** líquido de R\$ 4,7 milhões, 27,2% e 48,0% menor em relação aos prejuízos de R\$ 6,5 milhões do quarto trimestre de 2017 e dos R\$ 9,1 milhões registrados no mesmo trimestre do ano anterior. O desempenho alcançado é resultado da contenção de despesas no primeiro trimestre de 2018 uma vez que apresentaram, proporcionalmente, queda superior à redução de receitas no referido período.

	1T18	4T17	Variação 1T18/4T17	1T17	Variação 1T18/1T17
(Prejuízo) Lucro Líquido	(4.751)	(6.522)	(27,2%)	(9.128)	(48,0%)
<i>Total de Ações</i>	726.514	726.514	-	726.514	-
(Prejuízo) Lucro por Ação (em R\$)	(6,5394)	(8,9771)	(27,2%)	(12,5641)	(48,0%)
Valor Patrimonial por Ação (em R\$)	(81,8305)	(53,1874)	(53,9%)	(54,1669)	(51,1%)

ENDIVIDAMENTO

Ao final do período encerrado em 31 de março de 2018, a dívida líquida somou R\$ 10,5 milhões, 0,5% acima do trimestre anterior e 56,8% abaixo do registrado no mesmo período de 2017. A redução verificada

Comentário do DesempenhoFIBAM
REFERÊNCIA EM INICIADORESRelease de
Resultado **1T18**

entre o endividamento do primeiro trimestre de 2017 e o primeiro trimestre de 2018 corresponde a amortização de dívida bancária ocorrida no segundo trimestre de 2017, após a conclusão da negociação de ativos alienados fiduciariamente em data anterior ao pedido de Recuperação Judicial da Companhia.

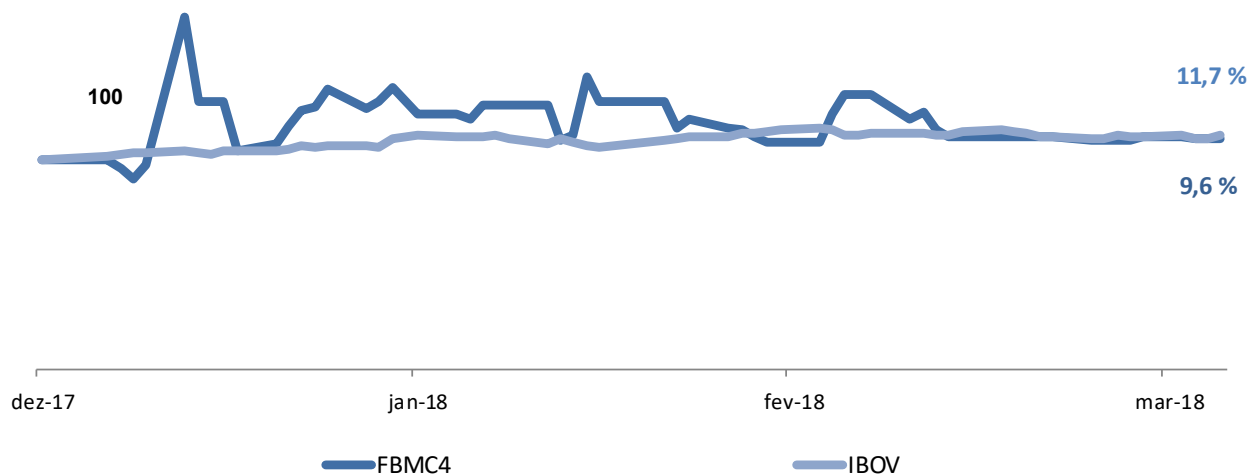
MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de março de 2018, a cotação da ação preferencial (FBMC4) foi de R\$ 2,75, avanço de 9,6% frente à cotação registrada ao final de dezembro de 2017, de R\$ 2,51. No mesmo período de comparação, o Ibovespa registrou valorização de 11,7%.

O gráfico abaixo representa o desempenho das ações preferenciais da Fibam em comparação com o Ibovespa:

Desempenho da ação

(Base 100 em 31/12/2017)

**ESTRUTURA SOCIETÁRIA**

O valor de mercado da Companhia em 31 de março de 2018 era de R\$ 21,4 milhões, representado por 726.514 ações, sendo 265.160 ordinárias (FBMC3) e 461.354 preferenciais (FBMC4). Assim, a estrutura societária ficou dividida da seguinte maneira: (i) 51,35% de participação da família Paperini; (ii) 7,90% de participação do Sr. José Claudio Marinho da Nóbrega; (iii) 5,55% de participação do Sr. Norio Suzaki; (iv) 3,74% do Sr. José Claudio Pagano; (v) 3,22% do Sr. Jun Suzaki e (vi) 28,24% de participação de outros acionistas.

Comentário do Desempenho

Release de Resultado **1T18**

ANEXOS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		
	31/03/2018	31/03/2017
CIRCULANTE	14.474	22.193
Caixa e Equivalentes de Caixa	627	110
Clientes Nacionais	3.714	4.773
Clientes no Exterior	193	416
Impostos a Compensar/Recuperar	195	207
Contas a Receber	934	980
Estoques	6.829	13.730
Despesas Antecipadas	79	75
Provisão p/Recuperação Judicial	1.903	1.903
NÃO CIRCULANTE	29.239	34.802
Depósitos Judiciais	38	38
Outros Créditos	20.446	20.446
Imobilizado	8.755	14.318
TOTAL DO ATIVO	43.713	56.996

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	31/03/2018	31/03/2017
CIRCULANTE	46.470	37.351
Fornecedores Nacionais	3.397	3.991
Fornecedores no Exterior	335	212
Instituições Financeiras	7.748	10.953
Impostos a Recolher	5.779	4.622
Obrigações Trabalhistas e Encargos a Pagar	20.880	13.519
Contas a Pagar	8.201	3.923
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar	130	130
NÃO CIRCULANTE	56.694	58.998
Instituições Financeiras	3.387	13.470
Parcel. de Tributos Federais Estaduais e Previdenciários	48.989	39.827
Fornecedores Nacionais	3.043	4.543
Outras Responsabilidades a Vencer	1.275	1.158
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(59.451)	(39.353)
Capital Social	23.749	23.749
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	1.081
Prejuízos Acumulados	(78.449)	(55.055)
Prejuízo do Período	(4.751)	(9.128)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.713	56.996

Comentário do Desempenho

Release de Resultado **1T18****DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

	1T18	4T17	Var. % 1T18/4T17	1T17	Var. % 1T18/1T17
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.532	6.203	(26,9%)	11.038	(58,9%)
Custo dos Produtos Vendidos	(7.155)	(8.902)	19,6%	(15.655)	54,3%
LUCRO BRUTO	(2.623)	(2.699)	2,8%	(4.617)	43,2%
(DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS	(1.907)	(3.177)	(40,0%)	(3.218)	(40,7%)
Vendas	(494)	(580)	(14,8%)	(754)	(34,5%)
Administrativas	(1.160)	(1.609)	(27,9%)	(2.117)	(45,2%)
Honorários dos Administradores	(215)	(215)	-	(215)	0,0%
Despesas Tributárias	(863)	(777)	11,1%	(139)	NA
Outras Receitas e Despesas Operacionais	825	4	NA	7	NA
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(4.530)	(5.876)	22,9%	(7.835)	42,2%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO					
Despesas Financeiras	(301)	(667)	54,9%	(1.503)	(80,0%)
Receitas Financeiras	80	21	281,0%	210	-
Resultado Financeiro Líquido	(221)	(646)	65,8%	(1.293)	82,9%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(4.751)	(6.522)	27,2%	(9.128)	48,0%
LUCRO (PREJUÍZO) DO TRIMESTRE	(4.751)	(6.522)	27,2%	(9.128)	48,0%

*Não houve outros resultados abrangentes nos períodos divulgados, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

Comentário do Desempenho

Release de
Resultado **1T18****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

	1T18	4T17	1T17
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
(Prejuízo) / lucro do Trimestre	(4.751)	(6.522)	(9.128)
Ajustes para conciliar o (prejuízo) lucro do trimestre com recursos			
Gerados das (aplicado nas) atividades operacionais			
Depreciações do Imobilizado	622	623	646
Ajuste do IFRS	-	-	-
Perda (Ganho) na Alienação de Imobilizado	(825)	-	154
Apropriação de Juros sobre Financiamentos	(32)	2	782
Estorno de Juros Provisionados a Maior	-	-	-
Estorno de Participação de Resultados	-	-	-
	(4.986)	(5.897)	(7.546)
Redução (Aumento) de Ativos Operacionais			
Duplicatas a Receber	(975)	1.714	(509)
Contas a Receber	124	83	305
Estoques	206	1.020	3.286
Impostos a Recuperar	2	2	(8)
Outros	23	(67)	16
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais			
Fornecedores	(427)	(308)	(217)
Impostos a Pagar	1.892	2.175	3.248
Contas a Pagar	1.245	1.222	8
CAIXA GERADO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.896)	(56)	(1.417)
Juros Pagos sobre Financiamentos	107	170	1.053
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.789)	114	(364)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-	-	(139)
Valor de Venda de Ativos Imobilizado	990	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	990	-	(139)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Captação de Empréstimos e Financiamentos	124	1.939	1.007
Amortizações de Empréstimos e Financiamentos	(245)	(3.260)	(2.166)
Parcelamento de Impostos	1.825	1.774	1.720
		-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMEN	1.704	453	561
(REDUÇÃO) AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	(95)	567	58
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	722	155	52
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	627	722	110
(REDUÇÃO) AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	(95)	567	58

Notas Explicativas**FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL – Em Recuperação Judicial**
C.N.P.J. (MF) 61.410.395/0001-95**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2018****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia produz e comercializa fixadores, com acentuada diversificação para, praticamente, todos os setores da economia. Os produtos são de aço comum ou nobre nos mais variados tipos e acabamentos.

Com atuação bastante heterogênea, abrange, além do mercado externo, tanto a indústria automobilística e de autopeças, como indústrias de compressores de frio, nas mais diversas fases de montagem e manutenção.

Em 14 de outubro de 2014 mediante aprovação de seus administradores, a Companhia ajuizou pedido de Recuperação Judicial, na Comarca de São Bernardo do Campo, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05, cujo pedido foi deferido em 13 de novembro de 2014 conforme publicação no Diário da Justiça Eletrônico. Em 14 de janeiro de 2015 a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. O Plano foi aprovado pelos credores em assembleia geral realizada em 15 de dezembro de 2015, sendo homologado pelo Juízo da Recuperação, decisão proferida em 19/02/2016 e publicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no DJE em 23 de fevereiro de 2016.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia entende que sua função social e o estímulo à atividade econômica foram preservados, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas, garantindo a segurança operacional e o compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

A Companhia reduziu substancialmente suas operações, decorrentes da queda acentuada das vendas, ocasionando um desequilíbrio com os custos fixos, razão pela qual vem apresentando prejuízo nos últimos períodos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requeridas para o período/exercício findos em 31/03/2018 e 31/12/2017 e levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6404/76, com as alterações constantes nas Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, e as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, relativas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Dessa forma, as estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor

Notas Explicativas

em uso dos bens, análise de risco para determinação da estimativa de perdas de crédito, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. Não ocorreram alterações durante o exercício de 2018 em relação às práticas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras publicadas, por ocasião do encerramento do exercício findo em 31/12/2017.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando-se o custo histórico como base de valor, sendo ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos. São apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma). Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente (DRA).

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de março de 2018 da Companhia foram elaboradas em conformidade com a Deliberação CVM 673, de 20 de outubro de 2011 que aprova o pronunciamento técnico CPC 21(R1). As políticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes aos períodos anteriores. A Companhia declara que suas demonstrações foram elaboradas utilizando as mesmas práticas contábeis, das demonstrações financeiras de período anterior, e vêm sendo aplicadas de modo consistente para o período/exercício apresentados.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, saldo de contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata demonstrada ao custo e acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações

Notas Explicativas

em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”, no período em que ocorrem.

- Empréstimos e financiamentos: Os créditos concursais e não concursais encontram-se detalhados na Nota Explicativa 8.
- A Companhia informa que não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco.

c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. A Companhia entende que, com base na aprovação da Recuperação Judicial através da Assembleia de Credores ocorrida em 15/12/2015, os riscos financeiros foram mitigados satisfatoriamente, face a repactuação dos prazos, bem como do deságio obtido, conforme nota explicativa 13.

i) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de suas contas a receber. A administração da Companhia considera esse risco pequeno dado o perfil dos clientes. No que diz respeito às aplicações financeiras, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e segunda linha e não ter concentração desses investimentos em um único grupo econômico.

ii) Risco de obtenção de crédito

Com base no cenário econômico a Companhia se deparou com dificuldades na obtenção de crédito para financiamento do seu capital de giro, fato que forçou a Companhia a solicitar o Pedido de Recuperação Judicial em 14/10/2014. Com base na aprovação da Recuperação Judicial na Assembléia de Credores realizada em 15/12/2015, as dificuldades na obtenção de crédito encontram-se saneadas junto aos seus principais credores e fornecedores, garantido desta forma sua continuidade operacional. Com base na parceria estabelecida por varias décadas com fornecedores

Notas Explicativas

de matérias primas, não ocorreu descontinuidade de fornecimento, mesmo enquanto se encontrava pendente de aprovação o pedido de recuperação judicial.

iii) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Após a solicitação do pedido de Recuperação Judicial, foi enfatizado o conceito de administração da liquidez do caixa, e estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

iiii) Riscos de mercado:

Risco com taxa de juros: O risco associado à possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros foi mitigado com base no pactuado na Assembleia de Credores com seus fornecedores e credores bancários quirografários, lastreando seus encargos financeiros à correção pela Taxa Referencial (TR) acrescida de 0,50% ao mês, sendo com os demais credores, os valores repactuados sem incremento na cobrança de encargos financeiros, conforme detalhado na nota explicativa 13, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco com taxa de câmbio: A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido ao descasamento entre vendas realizadas, predominantemente, em reais e a variação cambial decorrente das obrigações em moeda estrangeira decorrentes da aquisição de equipamentos. Em 31 de março de 2018, a Companhia possuía obrigações irrelevantes em moeda estrangeira.

d) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Os principais contratos da companhia estão atrelados às dívidas incluídas no plano de recuperação judicial, que estão sujeitas a deságio, carências e correção pela poupança, conforme Nota Explicativa 13.

Por ocasião da aprovação do plano de recuperação judicial em 15/12/2015, a Companhia optou por não utilizar taxas de juros projetadas, sendo que não pratica operações com derivativos com finalidade especulativa e de hedge, os contratos em sua maioria estão atrelados ao plano de recuperação judicial, com taxa de juros específicas. E os demais contratos, estão sendo renegociados no período.

e) Clientes e fornecedores de curto prazo

Notas Explicativas

Os resultados das análises de prazos e valores para clientes demonstraram não haver relevância que justifique ajustes a valor presente. Com base nos prazos, carências e correção dos valores, bem como no critério de amortização dos passivos, a Companhia entende que os valores devidos a fornecedores que se encontravam em recuperação judicial não são passíveis de ajustes ao valor presente.

f) Impostos a compensar/recuperar

Os valores referem-se a créditos de PIS, COFINS e ICMS sobre os investimentos em imobilizado.

g) Estoques

É avaliado ao custo médio líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, inferiores aos preços de mercado ou aos valores líquidos de realização. No caso dos estoques acabados e em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal, excluído custos de empréstimos. A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída estimativa de perda para desvalorização ajustando o valor contábil. A Fibam não possui estoques oferecidos em garantia ou alienado a passivos financeiros. (Vide nota explicativa 5).

h) Apuração do resultado e critério de reconhecimento da receita de vendas

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Fibam, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver. A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Fibam transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Fibam não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Fibam;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Notas Explicativas

Os ativos de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. As premissas adotadas pela Administração da Companhia para as análises, inclusive de clientes são determinadas em função de prazos de recebimento de títulos em conjunto com a análise de relevância de valores. Os passivos de longo prazo estão atualizados monetariamente até 31/03/2018.

j) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, construção e reavaliação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas de acordo com o método linear, levando-se em conta a vida útil econômica dos bens.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, objetivando avaliar eventos e mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída estimativa para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Desde o exercício de 2.009 a empresa vem ajustando as taxas de depreciação em função da vida útil econômica estimada dos bens.

k) Instituições financeiras

Detalhamento mencionado na nota explicativa 8.

l) Férias e encargos sociais a pagar

Constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data de 31/03/2018 incluindo os correspondentes encargos sociais.

n) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas de acordo com os contratos vigentes.

o) Remuneração dos Administradores

Os administradores são Diretores, sendo o impacto no resultado do período de R\$ 215 mil, conforme DVA e Demonstração do Resultado.

Notas Explicativas

5. ESTOQUES

Contas	31/03/2018	31/12/2017
Produtos Acabados	2.597	2.812
Produtos em Processo	1.043	1.008
Matéria Prima	84	72
Materiais de Consumo	971	1.019
Ferramentas	2.067	2.056
Peças de Manutenção e Materiais Auxiliares	67	68
Total	6.829	7.035

A Companhia não possui estoques correntes oferecidos em garantia nas operações financeiras.

6. OUTROS CRÉDITOS (NÃO CIRCULANTE)

Contas	31/03/2018	31/12/2017
Depósitos judiciais	38	38
Outros Créditos (*)	20.446	20.446
Total	20.484	20.484

(*) Valores correspondentes a direitos creditórios adquiridos pela Companhia para pagamento/garantia de tributos contestados judicialmente, na sua quase totalidade, Impostos e Contribuições (Imposto de Renda, Adicional de I.R. Estadual sobre antecipações, FINSOCIAL, Contribuição Social, IOF sobre importações, ICMS sobre importações e antecipações de pagamento do IPI, entre outros) e encargos financeiros incidentes sobre os mesmos. Tais créditos não foram aceitos nos juízos como pagamento/garantia das ações fiscais. Por esta razão, em 2008, foi transferido da conta “Depósitos Judiciais” para a rubrica “Outros Créditos”, no realizável a longo prazo, o montante de R\$ 20.446 mil. Em decorrência do fato, a Companhia aderiu aos processos de parcelamentos de impostos e contribuições no período de 2006 a 2008.

O valor de aquisição dos direitos creditórios é registrado pelo valor pago de R\$ 9.136 mil, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2002. O montante correspondente ao valor total dos direitos creditórios, atualizado até março de 2018, calculado pelos assessores jurídicos, é de R\$ 195.670 mil, cuja realização desse montante depende do desfecho final do Processo em andamento na 2ª Vara Cível, do Fórum Central da Comarca de São Paulo, que tem por objeto a nulidade de Instrumentos Particulares de Cessão de Direitos e pedido de ressarcimento dos valores pagos pela compra de títulos caucionados nas execuções fiscais no período de 1996 a 1999. Até fevereiro de 2009, a Companhia obteve êxito em todas as instâncias judiciais e atualmente o processo encontra-se em fase de liquidação de Sentença. De acordo com o parecer dos assessores jurídicos, a probabilidade de realização do crédito é superior a 60%, equivalente, portanto, a R\$ 117.402 mil, aproximadamente. Dessa forma, o valor contábil é inferior ao valor de realização e assim a Administração da Companhia decidiu manter o saldo contábil no montante de R\$ 20.446 mil em 31 de março de 2018.

Notas Explicativas**7. IMOBILIZADO**

Contas	Tx. Anual Média ponderada	31/03/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos (*)	-	-	-	-	-
Edificações	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	9,11%	56.600	(48.012)	8.588	9.357
Móveis e Utensílios	9,77%	699	(651)	48	53
Veículos	9,65%	445	(427)	18	19
Equip. Informática/Software	19,95%	3.145	(3.044)	101	113
Total		60.889	(52.134)	8.755	9.542

(*) A conta de Terrenos inclui reavaliação (ajuste de avaliação patrimonial) no montante de R\$ 1.081 mil (vide nota 12), baixado no 1º semestre, conforme comentado a seguir.

Conforme Fato Relevante divulgado em 02/08/17, a Companhia informou que foi concluída a negociação para a liquidação do empréstimo mantido com o Banco Tricury, através da efetiva transmissão de bens imóveis (terrenos e edificações), de propriedade da Companhia, com previsão de direito de recompra no prazo de 36 (trinta e seis) meses, imóveis estes que já haviam sido alienados fiduciariamente ao referido Banco em data anterior ao pedido da recuperação judicial.

A Companhia possui bens de seu ativo imobilizado em garantia para empréstimos e financiamentos (vide nota 8).

Mutação do Imobilizado 2018/2017								
	Terrenos	Edificações	Máq./ Equip	Móv./ Utens.	Veículos	Equip. Inf./ Software	Bens/ Direitos	Saldo
Saldos em 31/12/2016	1.242	1.669	11.650	72	24	168	-	14.825
Adições	-	-	139	-	-	-	-	139
Baixas	(1.242)	(1.669)	(511)	-	-	-	-	(3.422)
Depreciação	-	-	(1.921)	(19)	(5)	(55)	-	(2.000)
Saldos em 31/12/2017	-	-	9.357	53	19	113	-	9.542
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	(737)	-	-	-	-	(737)
Depreciação	-	-	(32)	(5)	(1)	(12)	-	(50)
Saldos em 31/03/2018	-	-	8.588	48	18	101	-	8.755

Notas Explicativas

8. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	Moeda	Indexador	31/03/2018			Venc. Final	Forma de Pagto.
			Circulante	Não Circulante	Total		
Banco do Brasil Capital de Giro (a) *	R\$	CDI	6.292	-	6.292	dez/17	Mensal
Banco Tricury S/A	R\$	CDI	2.000	-	2.000	mar/18	Mensal
Banco Sofisa - Conta Garantida	R\$	CDI	1.500	-	1.500	mar/18	Mensal
Brasil Distressed (*)	R\$	Fixo	91		91	Jun/18	Mensal
Banco Bradesco (a) *	USD	Libor	270	-	270	jan/18	Trimestral
Banco Rendimento	R\$	Fixo	175	-	175	mar/18	Mensal
Quirografários – Bancos (b) *			-	3.387	3.387		(b)
Redução de Juros Provisionados a Maior			(2.580)	-	(2.580)		
Totais			7.748	3.387	11.135		

* Acordos em andamento

(a) Os valores foram repactuados uma vez que possuem garantia real. Tem como garantia, conforme o caso, alienação fiduciária, caução de títulos (duplicatas), notas promissórias e aval de acionistas. As garantias dos financiamentos de capital de giro compõem-se de máquinas e equipamentos do ativo imobilizado no valor contábil líquido de 3.840 mil em 31/03/2018.

(b) Valores concursais, classificados como Credores Quirografários, cujos valores são líquidos de deságio, acrescidos de correção, conforme Assembléia de Credores realizada em 15/12/2015.

Os financiamentos e empréstimos têm como garantia, conforme o caso, alienação fiduciária, caução de títulos (duplicatas), notas promissórias e aval de acionistas.

9. TRIBUTOS PARCELADOS E OUTROS

	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total 31/03/2018	31/12/2017
PAEX – PIS/COFINS/IPI e INSS	8.560	24.676	33.236	32.155
OUTROS	3.387	-	3.387	3.075
PPI – ICMS	280	11.741	12.021	11.472
ICMS-PEP CP	1.609	3.575	5.184	5.325
CORREÇÃO DO PERÍODO	-	8.997	8.997	8.305
TOTAL	13.836	48.989	62.825	60.332

A Companhia possui valores de tributos federais e previdenciários (REFIS) e estaduais (PPI-ICMS/SP) em aberto desde 10/2014. Com base no entendimento dos Assessores Tributários ingressará novo pedido de parcelamento.

Notas Explicativas

10. PROVISÕES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Férias e 13º salários a pagar (a)	<u>3.126</u>	<u>3.058</u>
Contas a pagar	<u>8.201</u>	<u>6.957</u>
Fretes e outros	300	367
Outras contas a pagar (comissões, serviços de terceiros e outras)	7.709	6.331
Débitos de Cessão de Crédito (b)	192	259
TOTAL	11.327	10.015

(a) Valores incluídos em Obrigações Trabalhistas e Encargos a pagar em 31/03/2018.

(b) Valores decorrentes da Assunção de Dívidas, pactuado em 12/2014, devidamente acrescidos dos encargos pactuados em contrato.

11. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Administração da Companhia e seus consultores jurídicos divulgam para fins de atendimento às normas contábeis, que possui contingência decorrente de processos trabalhistas, com perda considerada “possível”, de aproximadamente R\$ 4.500 mil, não existindo até a presente data contingências trabalhistas com probabilidade de perda provável.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital integralizado em 31 de março de 2018 é de R\$ 23.749 mil, representado por 726.514 ações, sendo 265.160 ordinárias e 461.354 preferenciais, nominativas, sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial (antiga Reserva de Reavaliação):

A Companhia optou por manter o saldo da reserva até a sua efetiva realização. No trimestre findo em 30/06/17 houve a realização dessa reserva, conforme comentado na nota explicativa 7.

c) Lucro (Prejuízo) por ação (básico e diluído):

	31/03/2018	31/12/2017
Prejuízo do período para as ações ordinárias e preferenciais – R\$ mil	(4.751)	(24.475)
Ações ordinárias e preferenciais	726.514	726.514
Prejuízo por ação – R\$ 1,00	(6,54)	(33,71)

Notas Explicativas

• Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível às ações da Companhia.

Durante o exercício não houve emissão de novas ações, portanto não foram pagos quaisquer prêmios sob este pretexto.

A Companhia não detém nenhum tipo de ação em tesouraria. Também não possui participações; nem é Controlada por outras Companhias, portanto não existem parcelas de lucro a serem atribuídas a acionistas controladores.

• Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

13. APROVAÇÃO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme mencionado no item “1 - Contexto Operacional”, a Companhia obteve aprovação do Pedido de Recuperação Judicial na Assembléia de Credores em 15/12/2015, pela maioria dos credores inscritos no Pedido de Recuperação Judicial, sendo homologada através da decisão proferida em 19/02/2016 e publicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no DJE em 23 de fevereiro de 2016, onde ficaram acordados os seguintes termos para as classes de credores abaixo:

Classe	Categoria	Início Pagtos.	Correção	Amortiz.	Quant. Parc.	Deságio
Quirografário	Aço – Especial	ago-16	TR + 0,5%	Mensal	41	-
Quirografário	Bancos	out-17	TR + 0,5%	Trimestral	33	40%
Quirografário	Fornecedores	out-17	TR + 0,5%	Trimestral	33	40%
Quirografário	Micro Empresa – EPP	fev-16	TR + 0,5%	Mensal	1	-

14. COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)

Bens do ativo imobilizado e estoques estão cobertos com seguros, em 31 de março de 2018 por montante suficiente para assegurar a reposição dos bens e a continuidade das operações da Companhia em caso de sinistros. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

15. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório dos auditores independentes (JPPS Auditores Independentes S/S), emitido em 11 de maio de 2018 e com as informações relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL – Em recuperação judicial
SÃO BERNARDO DO CAMPO – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL – Em recuperação judicial, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Os impostos e contribuições federais e estaduais descritos na nota explicativa 9 não vêm sendo recolhidos regularmente, especialmente os débitos decorrentes das adesões aos parcelamentos já homologados dos programas REFIS e PPI-ICMS-SP. Não foi possível mensurar o montante pendente de recolhimento, que segundo a Administração é objeto de apuração e mensuração por parte de seus assessores tributários, que contemplará possíveis créditos tributários identificados, oriundos de pagamentos já realizados, para ingresso de novo pedido de parcelamento, cujo levantamento não foi finalizado até o término dos trabalhos de auditoria. Dessa forma, não foi possível concluir quanto à adequação dos saldos apresentados que possam modificar as demonstrações contábeis para o trimestre findo em 31 de março de 2018.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos eventuais ajustes que poderiam ser feitos nas informações intermediárias, conforme mencionado no parágrafo base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Sem ressaltar nossa conclusão, a Companhia encontra-se em processo de recuperação judicial, cujo pedido foi homologado pelo Juízo de Recuperação, em decisão proferida em 19 de fevereiro de 2016 e publicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em 23 de fevereiro de 2016.

Conforme comentado na nota explicativa 1, com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia entende que sua função social e o estímulo à atividade econômica foram preservados, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas, garantindo a segurança operacional e o compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

A Companhia reduziu substancialmente suas operações decorrentes da queda acentuada das vendas, ocasionando um desequilíbrio com os custos fixos, razão pela qual vem apresentando prejuízo nesse período e de exercícios anteriores, e como consequência gerando patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto).

As informações trimestrais foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Companhia.

Outros assuntos

a) Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos

mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

b) Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2017, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados e revisados, cujos relatórios foram emitidos com data de 08 de março de 2018 e 05 de maio de 2017, respectivamente. No Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis de 31/12/17, conteve modificação de opinião em relação ao seguinte assunto: Os impostos e contribuições federais e estaduais não vêm sendo recolhidos regularmente, especialmente os débitos decorrentes das adesões aos parcelamentos já homologados (REFIS e PPI-ICMS-SP). Não foi possível mensurar o montante pendente de recolhimento, que segundo a Administração, é objeto de apuração e mensuração por parte de seus assessores tributários, que contemplará inclusive a identificação de possíveis créditos tributários oriundos de pagamentos já realizados para ingresso de novos pedidos de parcelamentos, levantamento este que não foi realizado até o término dos trabalhos de auditoria.

Constou, ainda, nesse relatório, o mesmo assunto descrito no parágrafo de Ênfase anterior.

No Relatório de Revisão de Informações Intermediárias de 31 de março 2017, foi emitido com a mesma ressalva descrita no parágrafo Base para conclusão com ressalva, constando, ainda, o mesmo assunto descrito no parágrafo de Ênfase anterior.

São Paulo, 11 de maio de 2018.

JPPS Auditores Independentes S/S
CRC 2SP 023.001/O-0

Paulo Sergio Sangiorgio
Contador CRC 1SP 085.108/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os abaixo assinados, integrantes da Diretoria da Fibam Companhia Industrial.

DECLARAM, nos termos do Artigo 25 parágrafo 1º item VI da instrução CVM 480 de 07.12.2009 que reviram e discutiram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2018 da Fibam Companhia Industrial – Em Recuperação Judicial e

concordam que tais Demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia no período.

São Bernardo do Campo (SP), 11 de maio de 2018

PAOLO PAPERINI

Diretor Presidente

Diretor Vice-Presidente

RICARDO ATHOS PAPERINI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os abaixo subscritores, integrantes da Diretoria da Fibam Companhia Industrial - Em Recuperação Judicial DECLARAM, nos termos do Artigo 25 parágrafo 1º item V da Instrução CVM 480 de 07.12.2009 que, com base no seu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões posteriores sobre os resultados de auditoria, concordam com as opiniões expressas no parecer elaborado pela JPPS Auditores Independentes S/S, não havendo qualquer discordância.

São Bernardo do Campo (SP), 11 de Maio de 2018.

PAOLO PAPERINI
Diretor Presidente

RICARDO ATHOS PAPERINI
Diretor Vice-Presidente